

# ATA-EXECUTIVA

## 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CT-IPCT

Data: 07/08/2018

Local: Sede AITG, Aracruz/ES

Horário início: 15h30

Horário Término: 19h

Objetivo: Alinhamento da CT com lideranças indígenas Tupiniquim e Guarani

### PARTICIPANTES

Estiveram presentes lideranças indígenas Tupiniquim e Guarani, representantes de Governo, membros da CT-IPCT (SEGOV-PR, FUNAI, IBAMA, SEAP-PR, SECULT/ES, SETADES/ES, SESAI/MS-DSEI-MG/ES), das consultorias do MPF (Ramboll, FGV) e representantes dos atingidos da CRQ Degredo e da TI Krenak, bem como da APESCE – Associação Indígena de Pescadores. Os participantes assinaram lista de presença, que é parte integrante desta ata-resumo.

### PAUTA-RESUMO:

Abertura da reunião, apresentação dos participantes, apresentação da CT-IPCT e suas atribuições, alinhamento dos objetivos da reunião e dos temas propostos pelos indígenas, bem como da metodologia para a visita ao território (dia 08/08) e para a reunião ampliada (a ser realizada em 09/08/2018).

### PRINCIPAIS PONTOS TRATADOS:

A coordenadora da CT-IPCT abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e, após apresentações, explicou o objetivo da Câmara dentro do TTAC e o objetivo da reunião. O ouvidor da FUNAI falou sobre as expectativas e o movimento de trazer as reuniões para dentro do território atingido, como uma forma de ouvir e trazer as pessoas interessadas para a discussão e definição de ações. Lamentou a perda da liderança Krenak que faleceu na

semana passada. Foi garantida a fala a todos, com manifestações do presidente da AITG, do coordenador da comissão de caciques, de lideranças Krenak, de lideranças Tupiniquim e Guarani. A partir de dúvidas levantadas por liderança local, falou-se da representação dos atingidos dentro do sistema CIF e a coordenadora da CT fez o convite para que representantes das TÍ's Tupiniquim e Guarani indicassem um membro titular e um suplente para a Câmara Técnica. O procurador da Funai explicou os instrumentos jurídicos que tratam do desastre de Mariana (TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, Termo de Ajustamento Preliminar/TAP, Aditivo ao TAP e Termo de Ajustamento de Conduta para a Governança), que culminaram no TAC-Gov, trazendo tanto o Ministério Público quanto os atingidos para dentro da Governança. A partir de contrapontos e questionamentos a respeito dos documentos e da segurança jurídica, bem como dúvidas acerca da celeridade das ações a serem desenvolvidas para mitigar e/ou reparar os efeitos do desastre, houve o entendimento de que as discussões podem demorar mais, mas com mais efetividade e democracia na priorização das ações. Em relação às dúvidas sobre como funciona a participação dos atingidos nas diferentes instâncias do Sistema CIF a partir do TAC-Gov, os indígenas entenderam que o processo de decisão pode ficar mais burocrático. A FUNAI ressaltou que o que foi acordado tem valor e que os termos assinados pelos atingidos estão em pleno vigor. Além disso, os órgãos responsáveis pelo acompanhamento de ações (FUNAI e SESAI/MS) continuam atuando, sendo também membros da Câmara Técnica, cuja atuação está vinculada ao acompanhamento e monitoramento das resoluções adotadas para a reparação socioambiental, a partir de análises e articulação para orientar ao Comitê Interfederativo (responsável pelas ações) quanto às demandas das comunidades e para cobrar efetividade da Fundação Renova na execução de suas responsabilidades. As lideranças informaram que a Fundação Renova tem uma relação muito ruim com os Tupiniquim e Guarani, defendendo os interesses da Samarco e da Vale, não entregando as atas de reuniões e se contradizendo em vários momentos. Houve ampla discussão sobre as questões vinculadas à segurança hídrica, as necessidades de ações imediatas e de médio-longo prazo, o impacto da água do Rio Doce no Rio Comboios por meio do Canal Caboclo Bernardo e a falta de capacidade de análise de componentes minerais na água por parte da SESAI/MS (as coletas mensais só avaliam componentes microbiológicos). As lideranças indígenas demonstraram indignação pela demora no atendimento de suas necessidades, devido à necessidade de provar que as terras foram atingidas e suas águas, contaminadas.

①

Ressaltaram que o plano emergencial os obrigou a viver de outra forma, uma vez que perderam o direito ao espaço livre, à pesca, à caça e à água em boas condições. Em relação ao convite para fazer parte da CT-IPCT, neste momento, as lideranças informaram que não querem indicar representantes para membros. Em relação às ações necessárias, informaram que preferem conversar diretamente com os empreendimentos e que ninguém, a não ser os próprios indígenas, é capaz de entender o que realmente se passa em suas mentes (e o sentimento de perda vinculado aos efeitos do desastre). O representante da FUNAI ressaltou que a participação na CT é estratégica e sensível, mas que a decisão é dos indígenas. Ressaltou que a Câmara está instituída para assessorar o CIF na pauta indígena e de outros povos e comunidades tradicionais, sobre assuntos das mais diversas áreas que impactam as decisões que precisam ser tomadas pelo Comitê Interfederativo e que a representação almejada para os atingidos é real, para ajudar a decidir como encaminhar as questões que afetam diretamente os indígenas, uma vez que os encaminhamentos da CT para o CIF são sempre pautados pelas demandas dos povos e comunidades tradicionais que estão abrangidos pelos programas que acompanha (Programas 03 e 04). Os membros da CT entendem que os atingidos sabem as soluções que podem ser propostas, e têm liberdade para definir onde alocar recursos de forma prioritária, compreendendo que não há especialistas que consigam, efetivamente, dimensionar e entender tudo o que se passa com cada um dos atingidos. Para os membros da Câmara, o processo de ouvir os atingidos educa e ensina como se posicionar e encaminhar as questões que afetam os povos e comunidades tradicionais. Realizar as agendas nos territórios muda muito a percepção de seus membros e a forma como os processos são conduzidos internamente, e informa que fica mantido o convite de participarem da CT e, no momento em que entenderem que é importante participar, serão sempre bem vindos. A coordenadora da Câmara falou da lógica de funcionamento da Câmara e dos momentos de embate com a Fundação responsável pela execução das ações, mas que o corpo técnico da Câmara é comprometido e continuará trabalhando, da forma como puder, no fortalecimento das comissões locais e das prioridades indicadas pelas mesmas. Ficou mantida a programação para os dias 08 e 09, sendo que no dia 08 o reconhecimento do território seria iniciado por Comboios; no dia 09, o coordenador da Comissão de Caciques faz a abertura da reunião e as lideranças encaminham a pauta.

